

Análise das políticas públicas de Turismo na Faixa de Fronteira em Mato Grosso, Brasil

Analysis of Public Tourism Policies in the Border Zone of Mato Grosso, Brazil

Bruno de Souza Lima^{*}, Renato Fonseca de Arruda^{**}, Sandra Mara Alves da Silva Neves^{***}, Edgar Aparecido da Costa^{****}, João Henrique da Silva Massavi^{*****}, Jordi Alcântara Ferreira^{*****}

^{*} Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade do Estado de Mato Grosso, bruno.souza.lima@unemat.br

^{**} Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade do Estado de Mato Grosso, renato.fonseca@unemat.br

^{***} Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade do Estado de Mato Grosso, ssneves@unemat.br

^{****} Núcleo de Estudos em Agroecologia e Produção Orgânica do Pantanal, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, edgar.costa@ufms.br

^{*****} Departamento de Geografia, Universidade do Estado de Mato Grosso, joao.henrique@unemat.br

^{*****} Departamento de Geografia, Universidade do Estado de Mato Grosso, jordi.ferreira@unemat.br

<https://doi.org/10.5380/raega.v63i2.100030>

Resumo

O estudo aborda as políticas públicas municipais de turismo na Faixa de Fronteira no Estado de Mato Grosso com a Bolívia, tendo como objetivo discutir os direcionamentos dessas políticas de turismo nos municípios nessa Faixa de Fronteira, evidenciando fragilidades e potencialidades de maximização da promoção da atividade. A atividade turística e as políticas públicas nessa região são investigadas para identificar fragilidades e potencialidades que podem maximizar a promoção do turismo. A pesquisa justifica-se pela necessidade de criar diagnósticos precisos sobre o turismo na fronteira do Brasil em Mato Grosso, uma área com grande potencial ainda não totalmente explorado. Metodologicamente, a investigação inclui pesquisa bibliográfica, elaboração de um mapa das regiões turísticas, aplicação de questionários via Google Forms aos gestores municipais e análise gráfica das respostas obtidas. Os resultados mostram que os municípios apresentam poucas legislações específicas para o turismo, baixa participação em instâncias de governança regional e estadual, redes de parcerias limitadas e quase nenhuma participação em programas e projetos do Ministério do Turismo. As principais atividades econômicas na região são a pecuária e o comércio, deixando o turismo em segundo plano. Concluiu-se que há uma necessidade urgente de maximizar as políticas públicas de turismo na faixa de fronteira para aproveitar melhor as potencialidades locais e promover o desenvolvimento sustentável da região.

Palavras-chave:

Pantanal, Diagnóstico turístico, Atividade turística, Instâncias de governança, Sudeco.

Abstract

The study addresses municipal public policies for tourism along the Border Strip in the State of Mato Grosso with Bolivia. Its objective is to discuss the guidelines of these tourism policies in

municipalities within this Border Strip, highlighting weaknesses and potential ways to enhance the promotion of tourism activities. Tourism activities and public policies in this region are investigated to identify weaknesses and potentials that may maximize the promotion of tourism. The research is justified by the need to create precise diagnostics about tourism along Brazil's border in Mato Grosso, an area with great potential that remains underexplored. Methodologically, the investigation includes bibliographical research, the development of a map of tourist regions, the application of questionnaires via Google Forms to municipal managers, and graphical analysis of the responses obtained. The results show that the municipalities have few specific legislations related to tourism, low participation in regional and state governance structures, limited partnership networks, and almost no involvement in programs and projects from the Ministry of Tourism. The main economic activities in the region are livestock farming and commerce, leaving tourism in the background. It is concluded that there is an urgent need to strengthen public tourism policies along the border strip to better utilize local potentials and promote the sustainable development of the region.

Keywords:

Pantanal, Tourism diagnosis, Tourism activity, Governance bodies, Sudeco.

I. INTRODUÇÃO

Considerado o terceiro maior estado brasileiro em extensão territorial (903.537 km²), Mato Grosso, que compõe parte da região Centro-Oeste do Brasil, se apresenta com uma privilegiada localização geográfica, no centro geodésico da América do Sul. Sua grande extensão territorial abriga áreas de produção de alimentos e de variados atributos naturais. Está associada a fronteiras internacionais e numa posição intermediária às costas marítimas do Pacífico e Atlântico, fatores que colocam Mato Grosso em vantagens competitivas locais em comparação a outros estados brasileiros no que tange as transações com o comércio exterior (Melo, 2005; Moreno; Higa, 2005).

De acordo com Moreno e Higa (2005, p. 8), a condição de “território fronteiriço internacional e que faz parte da Amazônia brasileira – confere-lhe a condição de espaço estratégico, ao qual tem sido atribuído relevante papel nos planos de desenvolvimento nacional e de integração sul-americana”. Neste contexto, considerando sua importância econômica e geopolítica desde o século XVIII, Mato Grosso passou por um recorrente processo de exploração extrativista, a partir da segunda metade do século XX. Recebeu incentivos de reocupação territorial na década de 1970, estimulados por diferentes políticas e programas federais e estaduais, que ajudaram na rápida transformação do Estado em um dos protagonistas na produção agropecuária do Brasil (Moreno; Higa, 2005).

Silva e Nora (2021) destacam a condição fronteiriça de Mato Grosso, com quatro municípios lindeiros, ou seja, aqueles que se encontram na linha de fronteira, sendo eles: Cáceres, Porto Esperidião, Vila Bela da

Santíssima Trindade e Comodoro. Dentre estes, Cáceres se destaca no cenário regional do Centro-Sul como um dos principais atratores na prestação de serviços à população de outros municípios da Faixa de Fronteira, principalmente relacionadas ao comércio, saúde e educação. Apesar da relevante condição fronteiriça, os municípios lindeiros possuem baixos índices populacionais e poucas políticas públicas de incentivo à saúde, educação, infraestrutura e tecnologia. Em suma, Silva e Nora (2021, p. 87) destacam que o “território de Mato Grosso é formado através destes movimentos de avanço da fronteira oeste, onde além de fronteira geopolítica, também é uma fronteira de mineração, já que grandes quantidades de ouro são encontradas neste espaço”.

Na tentativa de ordenamento e organização do processo de desenvolvimento da Faixa de Fronteira brasileira, após a extinção da SUDECO e fim do incentivo às políticas regionais na década de 1990, a partir de 2003 a Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR) foi retomada com a finalidade de formular políticas de integração nacional e desenvolvimento regional. Isso resultou na institucionalização da PNDR em 2007 (Brasil, 2007), seguida pela recriação da Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste (SUDECO) e do Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste (FDCO) em 2019 (Brasil, 2009; 2013). A partir disso, em termos de planejamento territorial, a Faixa de Fronteira de Mato Grosso passou a ser dividida em sub-regiões, das quais estão inseridas em: Sub-região IX: Comodoro, Conquista D'Oeste, Campos de Júlio, Sapezal, Nova Lacerda e Tangará da Serra; Sub-região X: Araputanga, Barra do Bugres, Curvelândia, Figueirópolis D'Oeste, Glória D'Oeste, Indiavaí, Jauru, Lambari D'Oeste, Mirassol D'Oeste, Pontes e Lacerda, Porto Esperidião, Porto Estrela, Reserva do Cabaçal, Rio Branco, Salto do Céu, São José dos Quatro Marcos, Vale de São Domingos e Vila Bela da Santíssima Trindade; Sub-região XI: Barão de Melgaço, Cáceres, Nossa Senhora do Livramento e Poconé.

Tais áreas estão associadas ao Plano Desenvolvimento Integrado da Faixa de Fronteira (PDIFF) da região Centro-Oeste do Brasil, desenvolvido pela Sudeco, que visa o desenvolvimento regional sustentável, com redução de desigualdades, incentivos à inovação e tecnologia e melhoria do desenvolvimento humano (Silva; Abrita, 2018). Além da condição de proximidade com países vizinhos, a Faixa de Fronteira mato-grossense apresenta uma outra singularidade: o bioma Pantanal. Sobre a região do Pantanal e sua relação fronteiriça discorre-se que:

No Brasil, o Pantanal se estende por 150 mil km². São outros 30 mil km² nas regiões dos países vizinhos Bolívia e Paraguai, daí a denominação Pantanal transfronteiriço. Ainda cabe destacar que é uma região caracterizada por um período de cheias dos rios, entre os meses de novembro a março e que registrou, uma das piores secas dos rios ao longo do ano de 2020, o que resultou em aumento das queimadas e focos de incêndio, consumindo árvores, florestas, animais, ou seja, uma típica cena de degradação ambiental (Moreira, 202, p. 168).

No que tange às atividades econômicas desenvolvidas no Pantanal, destacam-se a pecuária extensiva, considerada a base da economia regional; a agricultura, tida como uma atividade complementar a pecuária, principalmente a partir dos cultivos de mandioca, arroz e milho; o extrativismo mineral; a pesca comercial e esportiva; e o Ecoturismo, praticado principalmente em função das paisagens naturais que atraem um número relevante de turistas ao longo do ano na região (Gonçalves, 2020).

A existência de paisagens dotadas de beleza que atraem o interesse de turistas não está dissociada da existência de legislação e políticas públicas para sua conservação, bem como da necessidade da utilização de tecnologias para apoiar o controle da utilização desses espaços geográficos. Cabe considerar que a evolução tecnológica tem avançado cada vez mais nos últimos anos. Principalmente a partir das descobertas da metade do século XX e início do século XXI diversas áreas do conhecimento tem alcançado relevantes avanços científicos (Leite; Brito, 2006; Oliveira; Carvalho, 2024).

No campo das geotecnologias, Oliveira e Carvalho (2024) destacam que estas ganharam notoriedade a partir da popularização de seus métodos que envolvem teorias matemáticas e forte base no campo da ciência da computação, associadas à coleta, armazenamento, tratamento e processamento de dados. Para Aquino e Valladares (2013), as geotecnologias oferecem uma melhor interpretação e representação dos fenômenos geográficos, proporcionando mecanismos de suporte ao ordenamento territorial.

Neste contexto, a geotecnologia se apresenta como uma relevante ferramenta de mapeamento e, conseqüentemente, planejamento territorial. Na investigação em questão, ressalta-se a aplicação da geotecnologia em mapeamentos que auxiliam na gestão e organização da atividade turística em um determinado destino. Dentre as possibilidades, a criação de mapas temáticos das paisagens, espacialização de regiões turísticas, mapeamento de rotas turísticas, identificação de pontos de interesse, dentre outras aplicações, permitem oferecer suporte ao processo de ordenamento turístico (Rezende; Xavier, 2008; Arruda; Neves; Neves, 2011; Silva; Silva; Neves, 2016; Lima, 2021).

Ao discorrer sobre a importância das geotecnologias, Rosa (2005, p. 81) cita que estas “são o conjunto de tecnologias para coleta, processamento, análise e oferta de informações com referência geográfica”, as quais são compostas por *hardware*, *software* e *peopleware*, que juntos formam poderosas ferramentas na tomada de decisões das mais diversas áreas. Descreve, ainda, que as principais geotecnologias são: sistemas de informação geográfica, cartografia digital, sensoriamento remoto, sistema de posicionamento global e a topografia.

Neste bojo das geotecnologias, os sistemas de informações geográficas (SIG's) se apresentam como uma relevante ferramenta de espacialização de dados nas mais diferentes áreas do conhecimento. Sobre a fonte de

dados utilizada no manejo dos SIG's, entende-se que “os dados utilizados em um SIG podem ser originários de diversas fontes, classificadas genericamente em primárias (levantamento direto no campo ou produtos obtidos por sensores remotos) e secundárias (mapas e estatísticas), que são derivadas das fontes primárias” (Rosa, 2005, p. 82).

Quanto ao uso das geotecnologias na construção de produtos voltados a planejamentos territoriais, Aquino e Valladares (2013) lembram que este processo pode envolver pesquisadores de diferentes áreas do conhecimento. Isso proporciona uma visão integrada do cenário em questão e é capaz de aliar dados físicos aos socioeconômicos dos municípios de uma dada região, por exemplo. A análise elaborada poderá orientar um planejamento harmônico de toda área em questão e considerar as especificidades e necessidades de cada município.

A atividade turística se apresenta como uma das beneficiadas na espacialização de dados por meio das geotecnologias, que servem como importante recurso no planejamento e gestão territorial urbano e rural que permeia o Turismo (Maganhotto et al., 2018). Para Duque e Mendes (2006), as geotecnologias proporcionam maior confiabilidade dos dados associados ao planejamento turístico, bem como permitem o cruzamento de informações complexas que estão associadas ao fenômeno turístico, tais como as interrelações de aspectos econômicos, ambientais, sociais e culturais.

Neste primeiro quartel do Século XXI é perceptível a necessidade de implementação de políticas públicas e soluções no âmbito da atividade turística, para ampliar medidas voltadas a sustentabilidade e inovação no setor, que podem obter suporte por meio da adoção das geotecnologias, para induzir o manejo de destinos nas suas mais diferentes perspectivas (Correa; Malta, 2019). Dentre as possibilidades de suporte das geotecnologias ao Turismo, Maganhotto et al. (201, p. 235) indicam que, “por um lado, configuram-se como uma ferramenta auxiliar ao planejamento turístico, por outro, podem vir a facilitar a programação do turista num determinado destino”. Além do poder público, Steinke e Silva (2005) ressaltam que as geotecnologias também permitem facilitar o planejamento do setor privado, uma vez que os empreendedores podem encontrar nelas o suporte para a organização de suas atividades.

Dentre as geotecnologias utilizadas pelo setor turístico, Scalco (2006) destaca o uso de ferramentas como: cartografia digital (CD), sistema de informações geográficas (SIG), *global positioning system* (GPS) e banco de dados geográficos (BDG). Considerando a importância do uso e inserção das geotecnologias no planejamento e gestão do Turismo, Resende e Xavier (2008) ressaltam o desafio dos profissionais de Turismo em se qualificar

cada vez mais para lidar com os avanços dessas tecnologias, possibilitando assim, integralizá-las da maneira mais efetiva nos processos de planificação e gerenciamento da atividade.

Serra (2020) destaca a importância da articulação de políticas públicas voltadas ao Turismo. Lembra que a atividade turística está inserida num contexto mais amplo, ou seja:

[...] o resultado dos esforços despendidos pelo Estado complementa outras demandas da sociedade, a construção de estradas, hotéis, iluminação pública ou melhorias dos espaços coletivos são exemplos. Tudo isso não tem como finalidade, exclusivamente, a recepção de turistas, mas estes sujeitos usam os fixos espaciais assim como os não-turistas, mesmo que estes últimos utilizem numa relação desproporcional às pessoas residentes do lugar turístico (Serra, 2020, p. 1575).

A atividade turística se apresenta como geração de divisas e indutora de melhorias estruturais de uma determinada localidade. Ressalta-se a importância do envolvimento das esferas públicas, privadas e da comunidade local no planejamento e organização da atividade turística, de maneira a maximizar os benefícios tanto para turistas, quanto para aqueles que residem nos destinos turísticos e seu entorno.

Neste sentido, Lopes e Panosso-Netto (2021) indicam uma crescente nas discussões de políticas públicas de Turismo no Brasil, entendidas como possibilidade de reduzir as desigualdades sociais, gerar empregos e renda, estimular o desenvolvimento sustentável dos destinos turísticos, bem como de promover a geração de divisas na economia do Brasil. No entanto, alertam sobre um problema ligado às políticas públicas de Turismo no Brasil: a descontinuidade das ações; tais continuidades e descontinuidades estariam associadas a “[...] mudanças de regime, mudanças de governo, formatação das políticas, as instituições responsáveis por criar e executar tais políticas entre outros fatores” (Oliveira; Carvalho, 2024, p. 203).

A simples existência de política de Turismo, por si só, não é suficiente para promover a atividade de maneira planejada. São necessários planos contínuos de ações voltadas aos atores e elementos associados ao funcionamento do sistema turístico de um determinado destino. Sobre o fortalecimento do Turismo no Brasil é possível compreender que:

O Brasil tem um grande potencial turístico, mas para que esse potencial seja desenvolvido de forma eficaz e sustentável, gerando benefícios para a economia e para a população, as políticas de turismo devem ocupar lugar de destaque no planejamento federal, assim como a sua execução não deve ser negligenciada, prática que se mostrou bastante presente em especial nas políticas que propõe descentralização de estratégias e ações as unidades subnacionais (Lopes; Panosso-Netto, 2021, p. 221).

Pensar no fortalecimento da atividade turística perpassa pelo estabelecimento e implementação de políticas públicas de Turismo, que se caracterizam pelo conjunto de fatores e diretrizes básicas que permitem orientar e planejar os objetivos globais para o desenvolvimento do País, estabelecendo as prioridades de ação executiva, supletiva ou complementar do Estado. Não cabe apenas ao Estado o direcionamento das políticas

públicas, uma vez que, o setor privado e a sociedade civil também possuem importância no processo de estabelecimento delas (Beni, 2003; Candiotto; Bonetti, 2015). Para Cruz (2005), a regulação estatal sobre o Turismo atrela-se a necessidade de indução ao desenvolvimento da atividade, podendo assim oferecer respaldo legal para o desenvolvimento de ações necessárias para o planejamento turístico dos destinos.

No trato específico desta investigação, destacam-se as ações da Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste – Sudeco que tem se destacado enquanto catalisador e coordenador de atores nacionais e internacionais, que atuam diretamente no desenvolvimento de diferentes setores da região Centro-Oeste, inclusive, no âmbito do Turismo (Brasil, 2023). Considerando os pressupostos apresentados, a presente investigação tem como objetivo discutir os direcionamentos das políticas públicas de turismo nos municípios da Faixa de Fronteira do estado de Mato Grosso, evidenciando fragilidades e potencialidades de maximização da promoção da atividade.

II. MATERIAIS E MÉTODOS

A presente pesquisa está relacionada com o modelo de pesquisa descritiva, que de acordo com Oliveira (2011, p. 21) tem como: “finalidade principal a descrição das características de determinada população ou fenômeno, ou o estabelecimento de relações entre variáveis”, e também exploratória que “busca apenas levantar informações sobre um determinado objeto, delimitando assim um campo de trabalho, mapeando as condições de manifestação desse objeto [...]” (Severino, 2013, p. 106).

Na construção teórica da pesquisa foram utilizados artigos científicos, documentos oficiais e livros com temáticas que permeiam a presente discussão. Em um primeiro momento foram pesquisados materiais bibliográficos e documentos sobre as geotecnologias, sua aplicação no planejamento territorial e sua relação com o planejamento e a gestão da atividade turística. Dentre os meios utilizados para a referida consulta foram utilizados banco de dados científicos, tais como Google Acadêmico e Scielo, por meio da utilização de palavras-chaves, de maneira a verificar pesquisas (artigos, dissertações e teses) publicadas nos últimos anos.

Além disso, utilizou-se Sistema de Informação Geográfica QGIS 3.36 (QGIS, 2024) e ArcGIS 10.8 (ESRI, 2020) para espacialização do tema investigado nos municípios da região de Faixa de Fronteira em Mato Grosso, bem como sua relação com a classificação do mapa de regionalização do Turismo brasileiro. Tal procedimento possibilitou a organização de produtos cartográficos ligados a delimitação de área de estudo, bem como a espacialização das informações acerca da atividade turística nos municípios arrolados nas análises.

A área de estudo, no contexto da política pública federal de Turismo, está associada a quatro regiões turísticas do estado de Mato Grosso: Vale do Guaporé; Das nascentes; Vale do Cabaçal; e Pantanal Mato-Grossense (Figura 1).

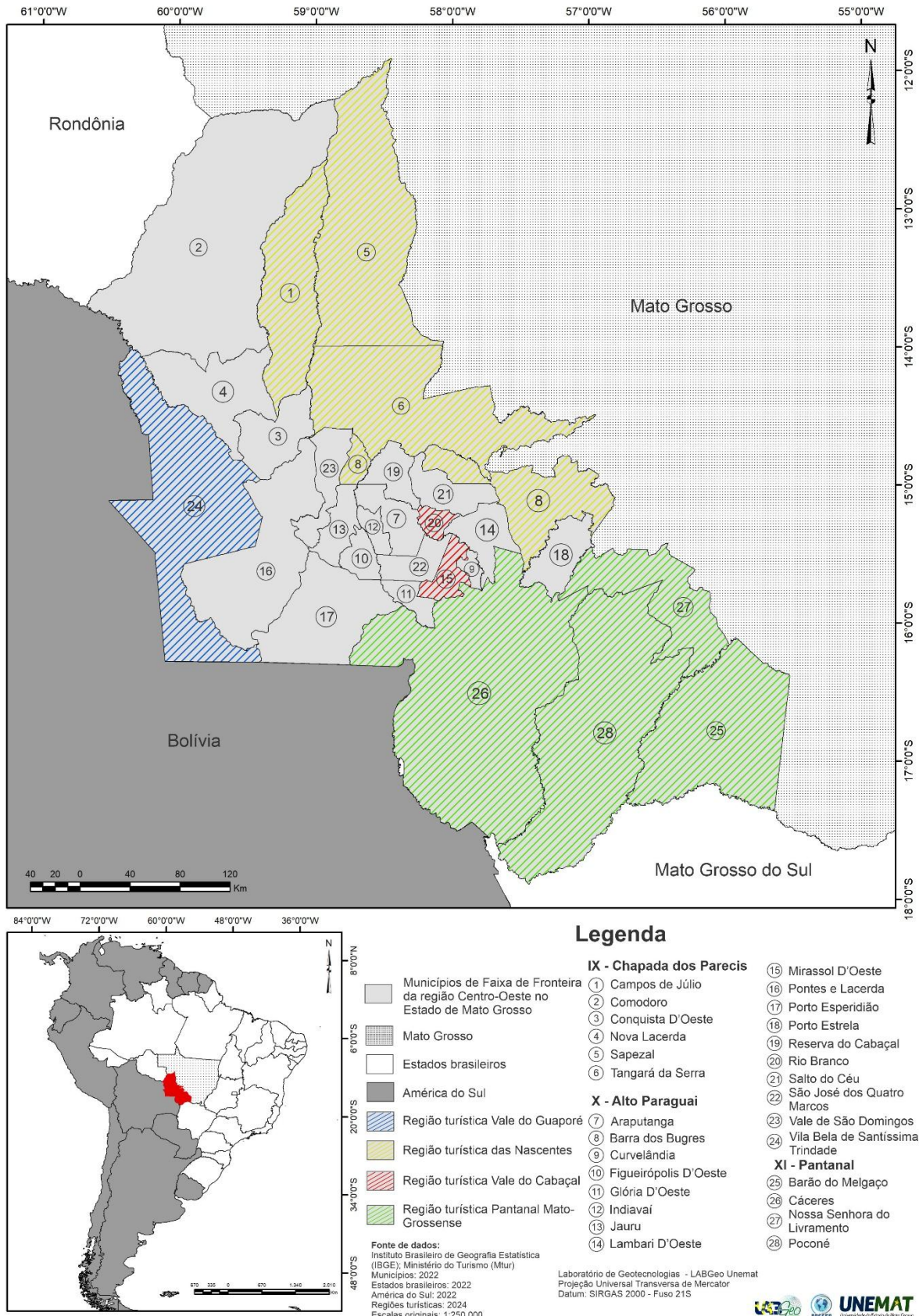


Figura 1 – Municípios da Faixa de Fronteira da região Centro-Oeste no estado de Mato Grosso e as regiões turísticas. Elaboração: Os autores (2024).

Para o desenvolvimento da pesquisa em questão, adotou-se a abordagem quantitativa, que permitiu observar os elementos práticos que contemplam o panorama das políticas públicas dos municípios na Faixa de Fronteira em Mato Grosso, no Ocidente do Brasil e discutir o posicionamento estratégico dos atores responsáveis pelas políticas públicas de Turismo. A perspectiva quantitativa auxiliou na obtenção dos dados estatísticos e, conseqüentemente, permitiu um olhar analítico sobre os dados e a compreensão da realidade posta do objeto de estudo (Casa Nova et al., 2020).

Para tanto foi elaborado um questionário estruturado que foi alocado na plataforma Google Forms e seu link direcionado, via e-mail, aos gestores responsáveis pelas ações ligadas ao Turismo nos 28 municípios da Faixa de Fronteira mato-grossense. Os questionários foram aplicados durante o período de 05/05/2023 a 20/08/2023. Além do envio dos e-mails, foram efetuados também contatos por telefone e pedidos de informação via ouvidoria dos municípios.

Para a elaboração das discussões, os dados coletados foram organizados em mapas e gráficos, que possibilitaram a apresentação e análise das informações coletadas com os gestores públicos dos municípios que responderam ao questionário enviado.

III. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Dentre os 28 municípios da Faixa de Fronteira da região Centro-Oeste no estado de Mato Grosso, 12 gestores municipais (42%) responderam ao questionário disponibilizado. Na perspectiva de planejamento e organização da atividade turística na Faixa de Fronteira, tal falta de engajamento do poder público municipal apresenta-se como uma fragilidade na busca pela maximização da atividade turística nestes municípios. Tratava-se de um levantamento para construção de elementos para subsidiar políticas públicas regionais e locais, financiada pela Sudeco e com participação ativa de pesquisadores da universidade do seu Estado.

No que tange a existência de legislações municipais voltadas ao Turismo, 50% dos gestores que responderam ao questionário (6 municípios) indicaram que adotam algum mecanismo voltado ao fomento da atividade turística, seja pela existência de um Fundo de Turismo, Conselho Municipal de Turismo ativo ou Plano de Turismo implementado (Figura 2). Quanto a importância dessas legislações municipais, Fontes (2016) destaca que as políticas públicas têm o papel de regulamentar e aprimorar a atividade turística. Neste sentido, ressalta-se a necessidade dos municípios da Faixa de Fronteira mato-grossense em empenhar maiores esforços no estabelecimento de legislações que fomentem o Turismo. Contudo, quando se olha para as regiões turísticas

Vale do Guaporé e Pantanal Mato-Grossense, áreas com elevado potencial turístico, somente Nossa Senhora do Livramento declarou, dentre os entrevistados, não possuir legislações voltadas à atividade turística.

Quanto a participação dos municípios da faixa de fronteira mato-grossense em governanças regionais e estaduais de Turismo, 58,3% (7 municípios) dos entrevistados indicaram estar inseridos em alguma instância, como a Região Turística Vale do Guaporé, CONTUR Pró Pantanal, IGR - Pantanal Mato-grossense, Instância de Governança IGR Regional e Região Turística Vale do Cabaçal (Figura 3). Do ponto de vista organizacional da atividade turística, a participação ativa em instâncias de governança estimula a colaboração entre os municípios envolvidos, bem como facilita a criação de políticas e tomadas de decisões em prol do planejamento e desenvolvimento da atividade turística nos destinos. Das regiões turísticas, todos os municípios das regiões Vale do Guaporé e Pantanal Mato-Grossense participam de alguma instância de governança regional ou estadual de Turismo.

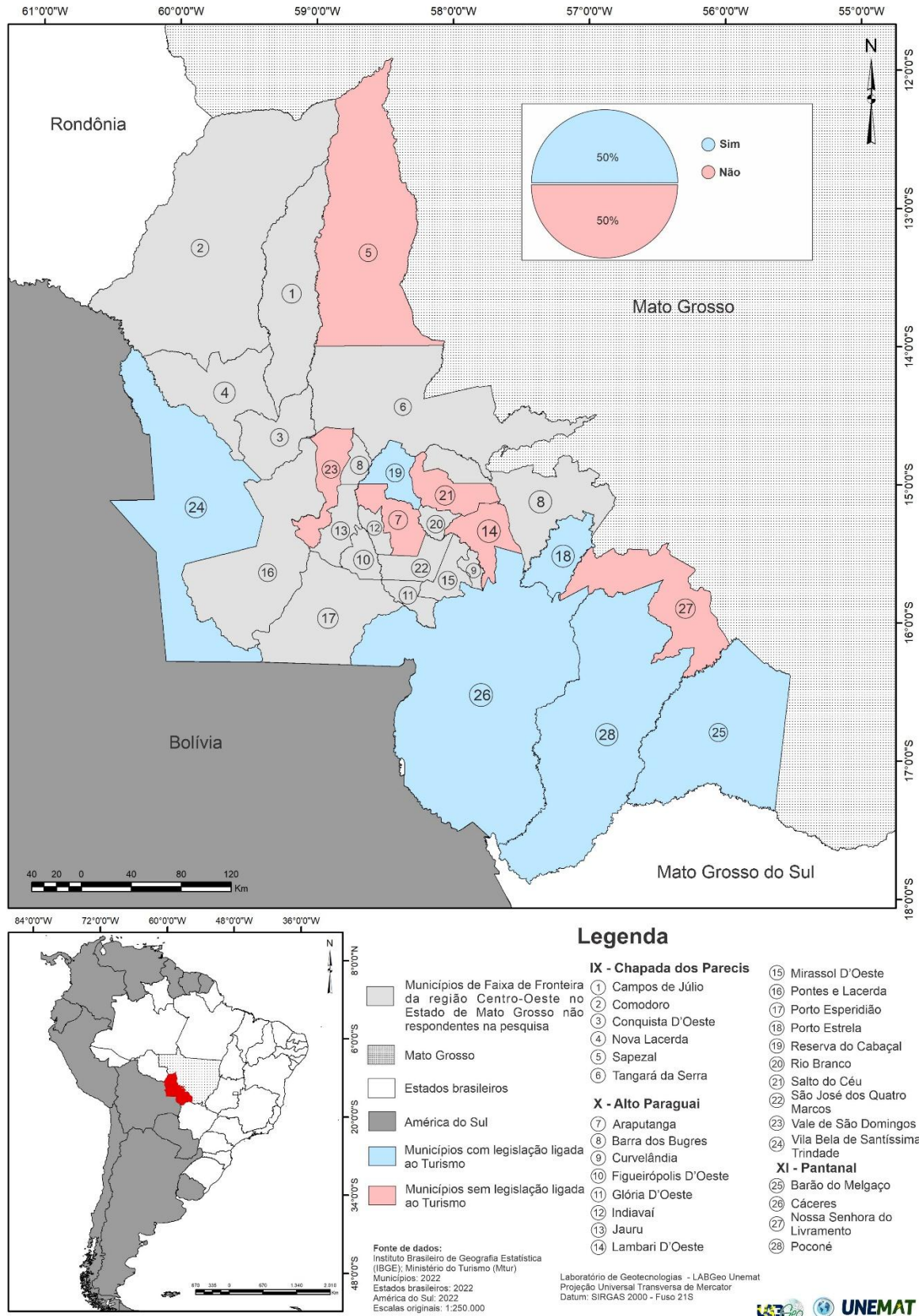


Figura 2 – Municípios que possuem legislação ligada ao Turismo. Elaboração: Os autores (2025).

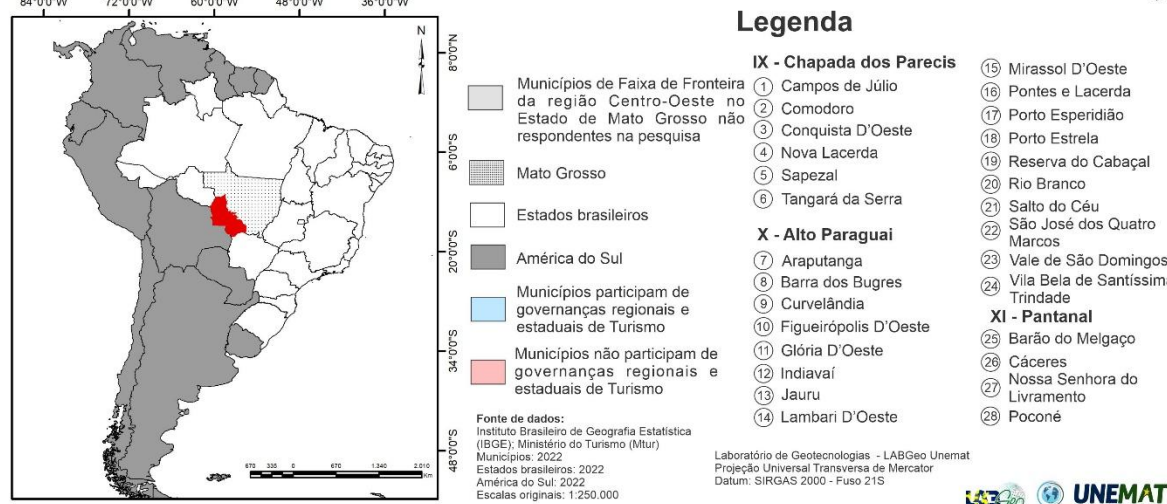
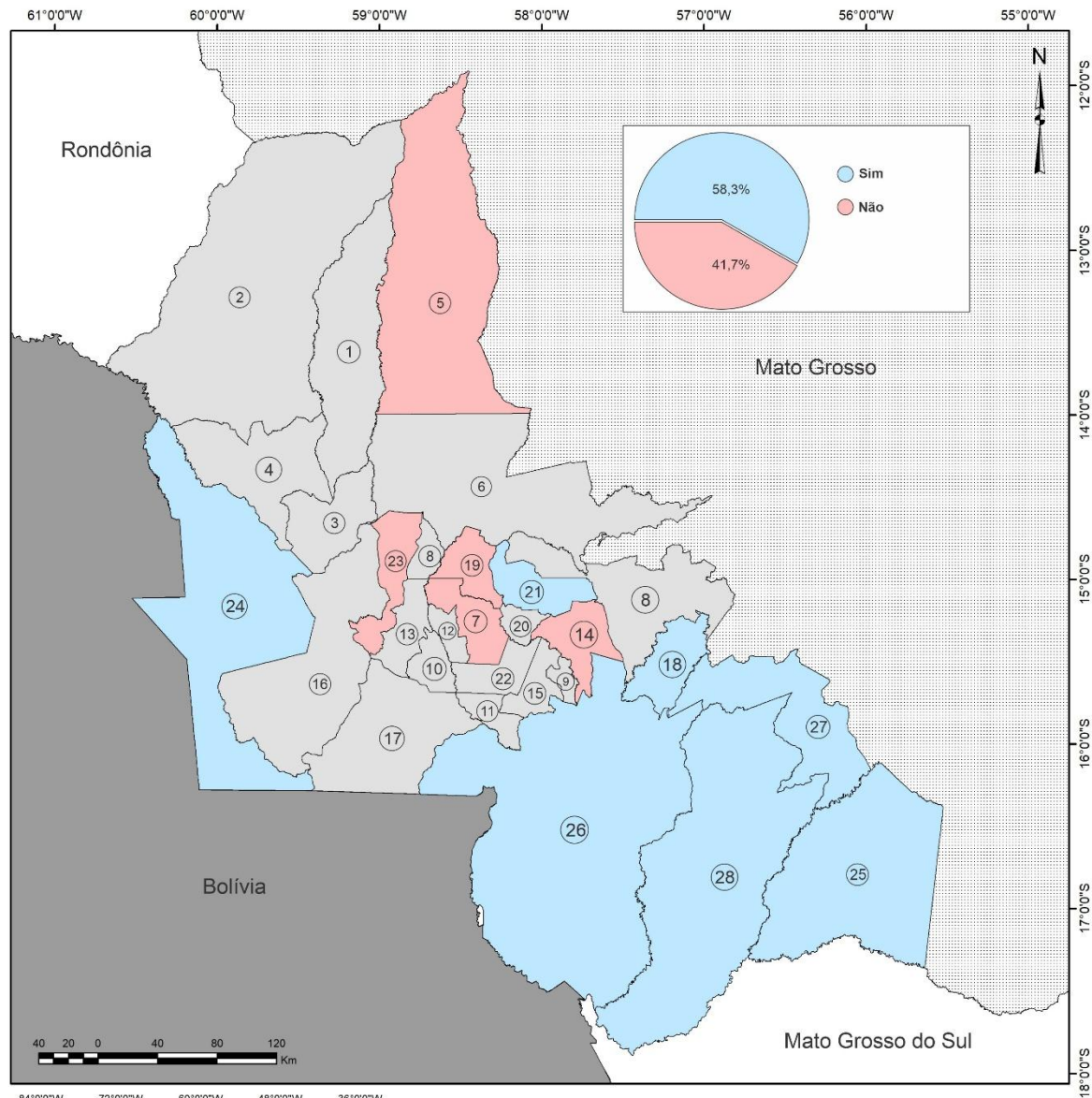


Figura 3 – Municípios que participam de governanças regionais e estaduais de Turismo. Elaboração: Os autores (2025).

Na investigação das parcerias, redes de cooperação e intercâmbios realizados pelos municípios para o desenvolvimento do Turismo, 41,7% (5 municípios) dos entrevistados indicaram não haver nenhuma parceria ativa, enquanto 58,3% (7 municípios) ressaltaram a existência de algum tipo de parceria estabelecida, tais como a rede Pró Pantanal, Unemat, Secitec, Sebrae, Senar e Empaer. Conforme apontado por Rocha (2006), as parcerias entre poder público, privado, comunidade local e terceiro setor são fundamentais para a maximização da atividade turística nos destinos.

Outro importante fator a ser considerado no planejamento e organização do Turismo nos municípios é a participação deles em programas e projetos do governo federal disponibilizados pelo Ministério do Turismo. Ao analisar essa condição na Faixa de Fronteira estudada, percebeu-se que apenas 25% (3 municípios) dos entrevistados afirmaram participar de alguma ação desenvolvida pelo Ministério do Turismo (Figura 4). Tal constatação indica que ainda há necessidade de maior envolvimento das instâncias municipais nas políticas nacionais de Turismo. Dos municípios inseridos em regiões turísticas cujos gestores foram entrevistados, apenas Nossa Senhora do Livramento (Pantanal Mato-Grossense) participa de programas federais de Turismo.

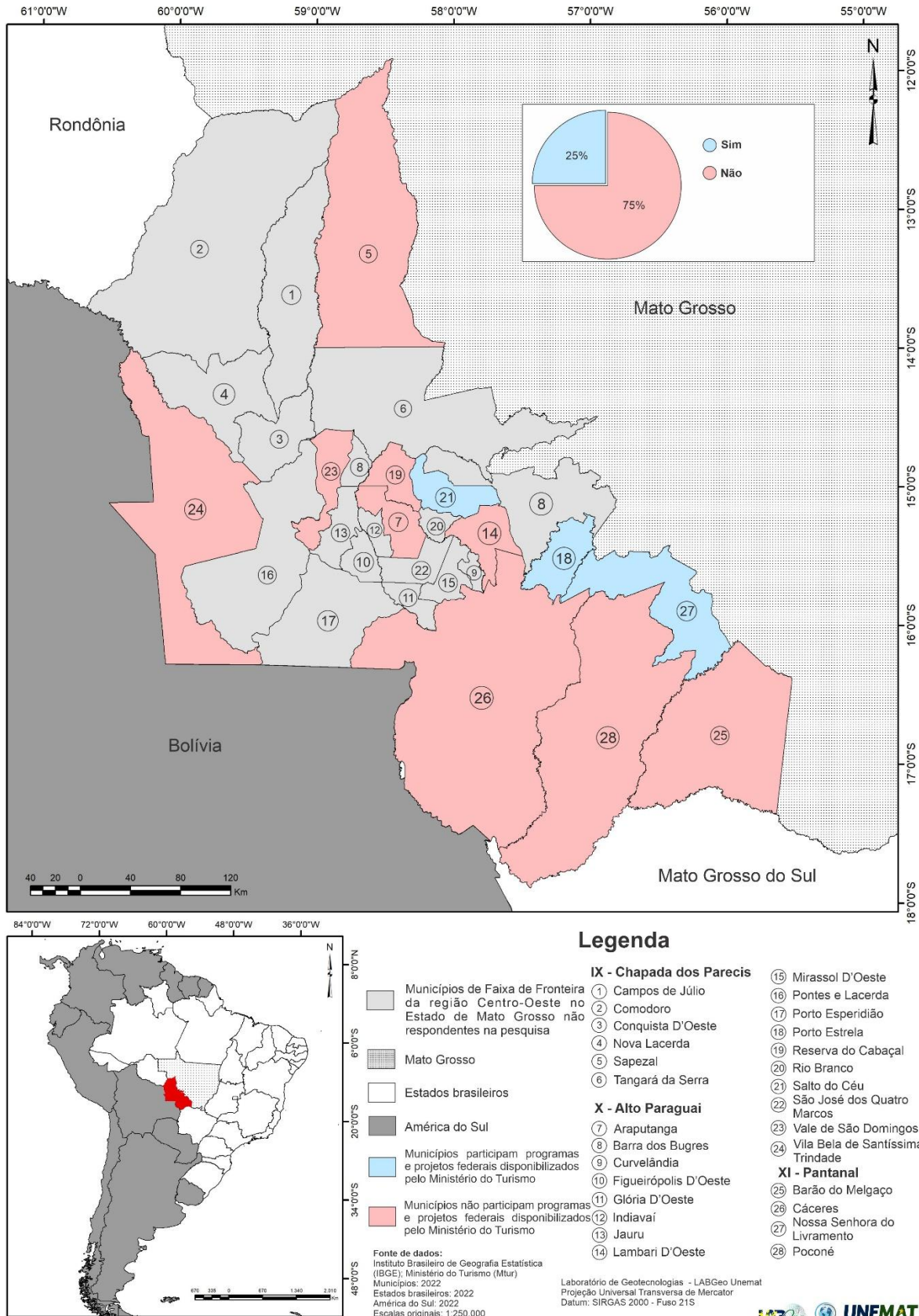


Figura 4 – Municípios que participam de programas e projetos federais disponibilizados pelo Ministério do Turismo. Elaboração: Os autores (2025).

Sobre a importância de articulação das políticas públicas de Turismo com o ente federal, Beni (2003) afirma que é função da pasta ministerial elaborar, coordenar e promover as diretrizes do planejamento turístico nacional. Cabe ao poder estadual e municipal a execução dos projetos regionais e locais. A baixa adesão dos municípios da Faixa de Fronteira no Sudoeste de Mato Grosso aos projetos e programas federais permite deduzir a inoperância das gestões municipais neste setor, uma vez que tal fato demonstra a ineficiência na captação de recursos para os municípios na promoção e gestão do Turismo local.

Com a finalidade de reconhecer a vocação econômica dos municípios arrolados na pesquisa, questionou-se os gestores municipais sobre as principais atividades econômicas desenvolvidas em suas municipalidades. Como principal atividade desenvolvida, 91,7% dos respondentes (11 municípios) apontaram a pecuária e 58,3% (7 municípios) destacaram o comércio. O Turismo é apontado por apenas 16,7% dos respondentes (2 municípios). Tais números evidenciam duas questões: a primeira que a região de faixa de fronteira possui uma economia consolidada nas atividades de pecuária e comércio; e segundo que nos municípios investigados, o Turismo ainda se apresenta como uma atividade pouco explorada (Figura 4).

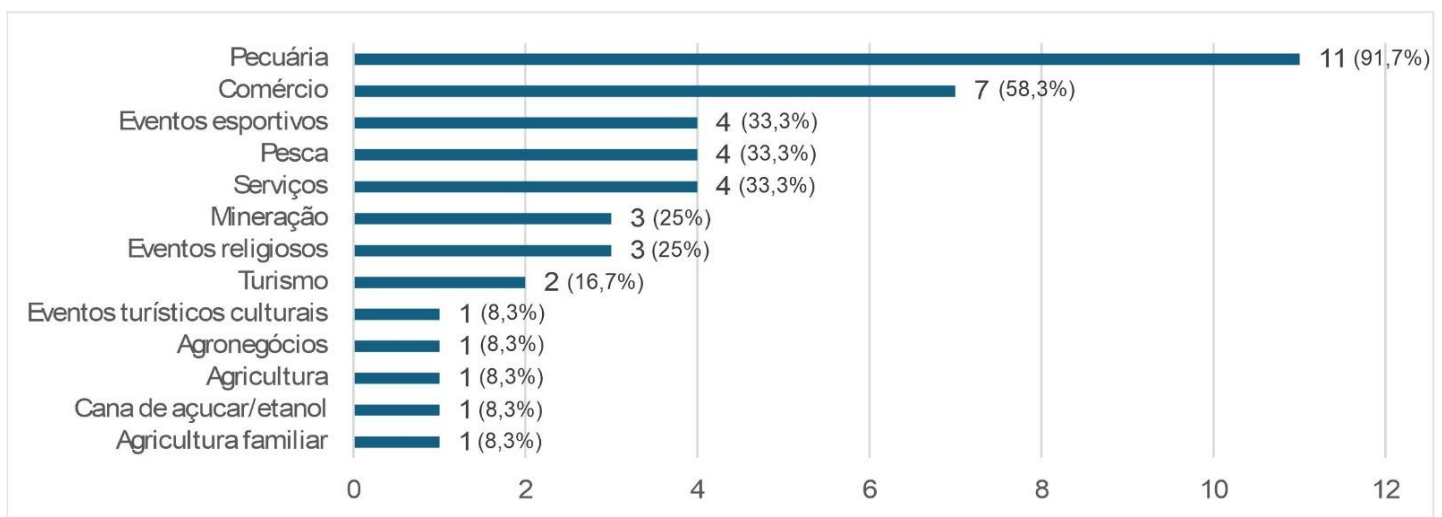


Figura 4 – Principais atividades econômicas nos municípios da Faixa de Fronteira mato-grossense. Elaboração: Os autores (2025).

Quanto ao panorama econômico dos municípios, o Turismo se caracteriza como uma atividade que possibilita a diversificação econômica local, conforme indicado por Vieira, Hoffmann e Alberton (2018). Ainda no âmbito da importância econômica do Turismo, a OCDE (2020) destaca que se trata de uma atividade relevante para o crescimento econômico e que gera rendimento, divisas e empregos, estimulando o desenvolvimento regional e apoiando as comunidades locais. Com a prevalência da pecuária e comércios na região de fronteira mato-grossense, a atividade turística pode ser potencializada enquanto uma atividade

complementar à dinâmica produtiva posta, possibilitando o desenvolvimento de diferentes segmentos nas dimensões natural e cultural dos municípios investigados.

Outro importante fator avaliado é a existência de inventários turísticos nos municípios da Faixa de Fronteira. De acordo com Fratucci e Moraes (2020), o inventário se apresenta como um dos elementos base do planejamento turístico, uma vez que, estes são analisados, interpretados e discutidos enquanto instrumentos do planejamento dos destinos turísticos. Conceitualmente, indica-se que:

Um inventário é uma ferramenta que deve ser atualizada constantemente para que o gestor possa ter informações atualizadas na tomada de decisões. Embora possa ser dispendioso obter este conhecimento em sua primeira edição, depois da base montada e com métodos de coletas que garanta dados frequentemente renovados, o custo e o tempo despendido serão bem menores e tornar-se-á uma rotina no contexto do planejamento e da gestão do turismo (Fratucci; Moraes, 2020, p. 9).

Os dados da Figura 6 permite observar que a metade dos municípios respondentes indicaram a existência de inventário em suas municipalidades. Tendo em vista a importância desse instrumento, percebe-se a necessidade da ampliação da inventariação nos demais municípios, pois os inventários subsidiam o banco de dados de informações turísticas dos municípios, condição *sine qua non* no sucesso do planejamento do Turismo, conforme indicado por Moraes, Fogaça e Soares (2020).

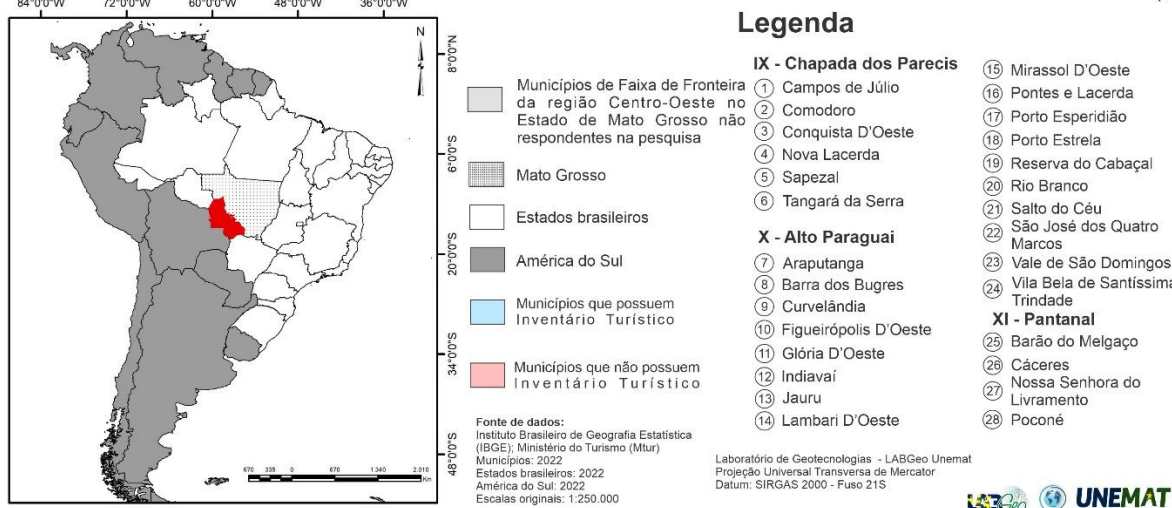
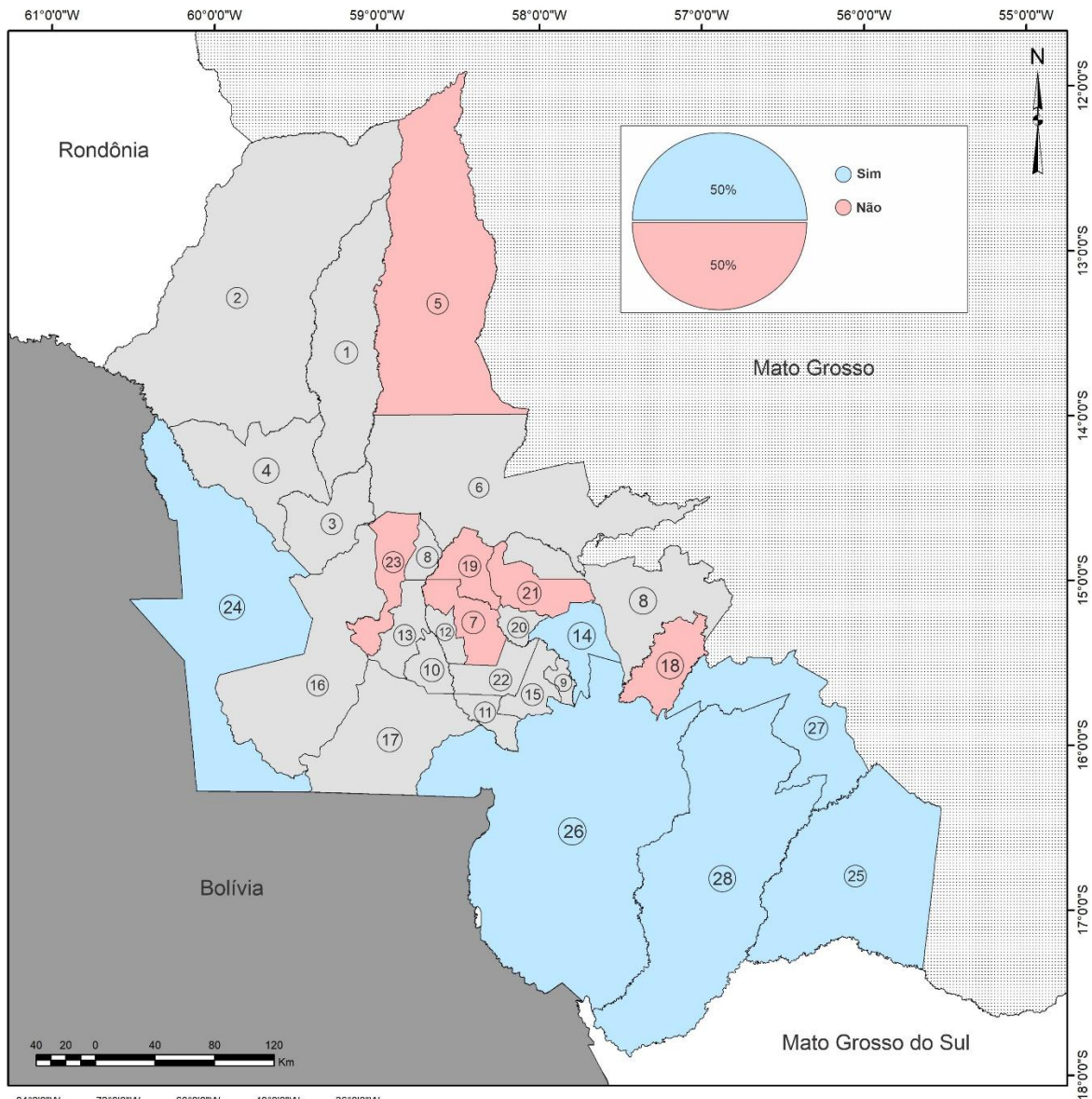


Figura 6 – Municípios que possuem Inventário Turístico. Elaboração Os autores (2025).

Em consonância com a análise dos municípios que detêm inventários turísticos, foi investigado ainda quais municipalidades possuem Plano Diretor que contemplem ações, direcionamentos e políticas voltadas ao Turismo. A respeito da importância da referida associação, Lima (2012, p. 365), ressalta a importância do plano diretor como ferramenta da gestão municipal, citando que os instrumento “não deveria, porém, ser visto apenas como o cumprimento de uma diretriz, mas também como um processo que envolve distintos segmentos sociais em torno de compromissos, o que implica na necessidade de participação da população”. Façanha e Viana (2012, p. 13) relatam ainda que, no planejamento das cidades, os planos diretores “devem estar assentados no conceito de desenvolvimento sustentável e a sua devida implantação deve ocorrer a partir de um processo democrático de discussão coletiva”.

Apesar da metade dos gestores municipais indicarem possuir inventário turístico, no âmbito do Plano Diretor apenas três dos municípios respondentes indicaram o direcionamento de seus Planos a ações ligadas ao planejamento, gestão e promoção da atividade turística (Figura 7).

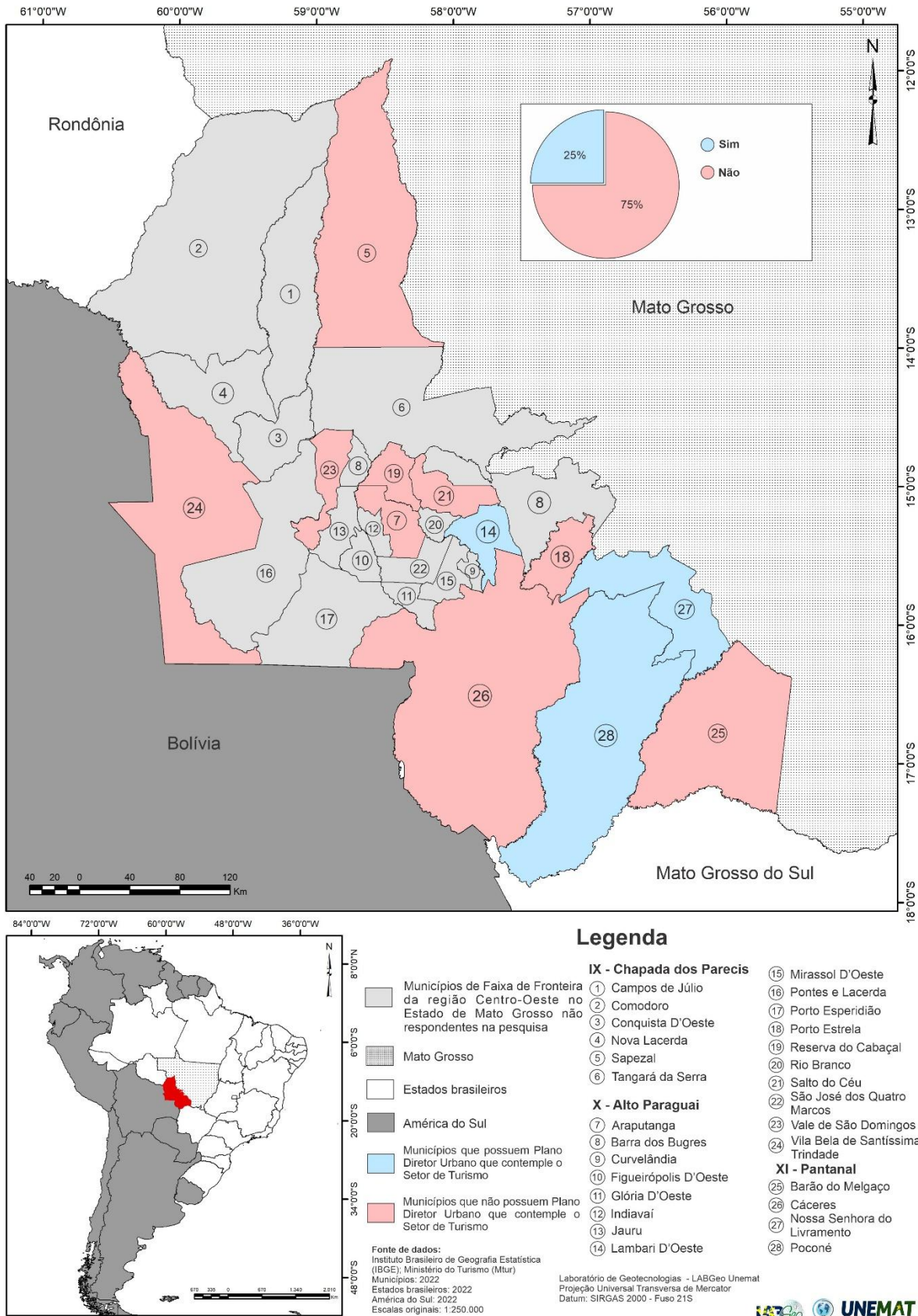


Figura 7 – Municípios que possuem Plano Diretor Urbano que contemple o Setor de Turismo. Elaboração: Os autores (2025).

Tais números refletem a necessidade das gestões municipais se atentarem à importância de atrelar o desenvolvimento turístico aos instrumentos e políticas públicas de organização e gestão territoriais, que devem privilegiar as diferentes vertentes que impactam direta e indiretamente suas populações, inclusive questões relacionadas ao Turismo. Enquanto instrumento de gestão, Lacerda et al. (2005) destaca que o Plano Diretor tem como premissa a orientação das ações dos agentes públicos e privados no processo de desenvolvimento municipal, com a capacidade de proporcionar um debate plural entre os atores sociais envolvidos.

IV. CONCLUSÕES

Os municípios da Faixa de Fronteira em Mato Grosso ainda apresentam fragilidades no trato da atividade turística. As instâncias públicas que responderam à pesquisa demonstraram que existem diferentes lacunas a serem preenchidas no trato das políticas direcionadas à atividade turística, com reflexos no fluxo turístico dessa região, nos investimentos ligados a oferta turística, na carência de serviços públicos de infraestrutura básica, bem como na falta de marketing turístico eficiente para atração de turistas com interesses nas diferentes potencialidades naturais e culturais dos municípios estudados.

Deve ser priorizada, no âmbito das ações de fortalecimento da atividade turística na Faixa de Fronteira de Mato Grosso, a “superestrutura” do sistema turístico, que possui papel fundamental na organização, normatização e regulamentação do Turismo. No cenário observado, os municípios inseridos nas regiões turísticas do Vale do Guaporé e do Pantanal Mato-Grossense demonstram maiores articulações no âmbito das políticas públicas voltadas à atividade turística. Os municípios das demais regiões carecem de maiores esforços de articulação territorial relacionada ao Turismo.

Para que a maximização da atividade turística aconteça é necessário maior envolvimento dos gestores nas discussões e investigações acerca das temáticas em seus municípios, inclusive na participação de diagnósticos como ora apresentado nesta investigação, bem como no planejamento estratégico e integrado do Turismo aos planos de desenvolvimento municipais e regionais.

Agradecimentos

À Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste – Sudeco pelo financiamento do projeto de pesquisa “Diagnóstico e elaboração do Plano de Desenvolvimento e Integração da Faixa de Fronteira do Centro-Oeste do Brasil – PDIF” desenvolvido em parceria com a Universidade Federal do Mato Grosso do Sul – UFMS/Campus Pantanal e a Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT/ Campus Jane Vanini, Cáceres;

À CAPES pela concessão de bolsa de pós-doutorado do segundo autor, bem como ao Laboratório de Geotecnologias UNEMAT (LabGeo UNEMAT) pela infraestrutura disponibilizada para o desenvolvimento desta pesquisa.

V. REFERÊNCIAS

- AQUINO, C. S.; VALLADARES, G. S. V. S. Geografia, geotecnologias e planejamento ambiental. Geografia (Londrina), v. 22, n. 1, p. 117-138, 2013.
- ARRUDA, R. F.; NEVES, S. M. A. S.; NEVES, R. J. Geotecnologias aplicadas no estudo do Centro Histórico de Cáceres, Mato Grosso – Brasil. Revista GeoPantanal, v. 6, p. 139-154, 2011.
- BENI, M. C. Análise estrutural do turismo. 8. ed. São Paulo: SENAC, 2003.
- BRASIL. Ministério da Integração e Desenvolvimento Regional. Plano Regional de Desenvolvimento do Centro-Oeste – PRDCO 2024-2027. Brasília: MIDR, 2023. 198 p.
- BRASIL. Lei Complementar n. 129, de 08 de janeiro de 2009. Institui, na forma do art. 43 da Constituição Federal, a Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste – SUDECO [...]. Diário Oficial da União, 09 jan. 2009. Brasília, DF.
- BRASIL. Decreto n. 8.067, de 14 de agosto de 2013. Aprova o regulamento do Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste. Diário Oficial da União, 15 ago. 2013, p. 5. Brasília, DF.
- CANDIOTTO, L. Z. P.; BONETTI, L. A. Trajetória das políticas públicas de turismo no Brasil. TURYDES: Revista sobre Turismo y Desarrollo Local Sostenible, v. 8, n. 19, p. 1-22, 2015.
- CASA NOVA, S. P. C.; NOGUEIRA, D. R.; LEAL, E. A.; MIRANDA, G. J. TCC – Trabalho de Conclusão de Curso: uma abordagem leve, divertida e prática. São Paulo: Saraiva Educação, 2020.
- CORREA, C.; MALTA, G. A. P. Aplicação de geotecnologias na gestão territorial do turismo em Tiradentes/MG, Brasil: análise da plataforma Maptrix. Revista Turismo: Estudos & Práticas (RTEP/UERN), v. 8, n. 1, p. 72-97, 2019.
- CRUZ, R. C. A. Políticas públicas de turismo no Brasil: território usado, território negligenciado. Geosul, v. 20, n. 40, p. 27-43, 2005.
- DUQUE, R.; MENDES, C. O planejamento turístico e a cartografia. Campinas, SP: Alínea, 2006.
- ESRI. ArcGIS Advanced: release 10.8. Redlands: ESRI, 2020.
- FAÇANHA, A. C. Gestão urbana e dilemas no poder local: internidade e dispersão em Teresina (PI). Revista de Geografia, v. 24, n. 1, p. 77-97, 2007.
- FONTES, V. R. P. O direito do turismo e as estruturas organizacionais do setor. Revista da Faculdade de Direito, v. 37, n. 1, p. 33-53, 2016.
- FRATUCCI, A. C.; MORAES, C. C. A. Inventário da oferta turística: reflexões teóricas para o planejamento e ordenamento do espaço turístico. Caderno Virtual de Turismo, v. 20, n. 1, p. 1-12, 2020.
- GONÇALVES, K. B. O Pantanal transfronteiriço e suas díades: uma análise a partir das áreas protegidas na zona de fronteira. GEOFRONTER, v. 6, n. 1, p. 1-26, 2020.

- LACERDA, N.; MARINHO, G.; BAHIA, C.; QUEIROZ, P.; PECCHIO, R. Planos diretores municipais: aspectos legais e conceituais. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, v. 7, n. 1, p. 55-72, 2005.
- LEITE, M. E.; BRITO, J. L. S. Geotecnologias: aplicabilidade nos estudos do espaço geográfico. *Revista Cerrados*, v. 4, n. 1, p. 55-67, 2006.
- LIMA, B. S. Ícones de paisagem de Mato Grosso do Sul: análise funcional e de qualidade visual para o turismo de natureza. 2021. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2021.
- LIMA, A. J. Planos diretores e os dilemas da governança urbana no Brasil. *Textos & Contextos*, v. 11, n. 2, p. 362-375, ago./dez. 2012.
- LOPES, M. M.; PANOSSO-NETTO, A. Análise das políticas federais de turismo no Brasil (1930 a 2020). *Ateliê do Turismo*, v. 5, n. 2, p. 200-224, 2021.
- MAGANHOTTO, R. F.; BAPTISTA, L.; SUZUKI, C. S.; ALBERTON, V. A utilização de geotecnologias e internet no fortalecimento turístico do município de Prudentópolis, PR. *Geoambiente On-line*, n. 32, p. 231-255, 2018.
- MELO, S. C. Mato Grosso e os eixos de integração no centro-oeste sul-americano. In: *ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA*, 10., 2005, São Paulo. Anais... São Paulo: USP, 2005. p. 9117-9145. Disponível em: <http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal10/Geografiasocioeconomica/Ordenamientoterritorial/29.pdf>. Acesso em: 27 jul. 2024.
- MORAES, C. C. A.; FOGAÇA, I. F.; SOARES, C. A. L. Inventário turístico: constatações e considerações. *Caderno Virtual de Turismo*, v. 20, n. 1, p. 1-21, 2020.
- MOREIRA, G. V. Pantanal transfronteiriço. *Revista GeoPantanal*, v. 17, n. 33, p. 167-179, 2022.
- MORENO, G.; HIGA, T. C. S. (Orgs.). *Geografia de Mato Grosso: território, sociedade, ambiente*. Cuiabá: Entrelinhas, 2005. 296 p.
- OECD. *Tourism Trends and Policies 2020*. Paris: OECD Publishing, 2020.
- OLIVEIRA, M. F. *Metodologia científica: um manual para a realização de pesquisas em Administração*. Catalão: UFG, 2011.
- OLIVEIRA, C. C.; CARVALHO, S. S. Geotecnologias e planejamento territorial. *Observatório de la Economía Latinoamericana*, v. 22, n. 7, p. 1-27, 2024.
- QGIS. Quantum GIS Geographic Information System. Versão 3.36. Open Source Geospatial Foundation Project, 2024. Disponível em: https://www.qgis.org/pt_BR/site/.
- RESENDE, L. A.; XAVIER, H. As contribuições das geotecnologias à atividade turística. *Caderno de Geografia*, v. 18, n. 29, p. 137-144, 2008.
- ROCHA, R. S. Parcerias entre setor público e privado no desenvolvimento turístico de Piracicaba-SP. *Revista Turismo em Análise*, v. 17, n. 1, p. 47-63, 2006.
- ROSA, R. Geotecnologias na geografia aplicada. *Revista do Departamento de Geografia*, v. 16, p. 81-90, 2005.
- SCALCO, R. F. A cartografia multimídia e a informação turística: uma análise de diferentes maneiras de disponibilizar a informação turística baseada nos recursos do geoprocessamento. *Caderno Virtual de Turismo*, v. 6, n. 3, p. 43-53, 2006.
-

SERRA, H. R. H. O planejamento das políticas públicas de turismo no estado do Pará e dos (d)efeitos da regionalização. *Ciência Geográfica*, v. 24, n. 3, p. 1572-1589, 2020.

SEVERINO, A. J. Metodologia do trabalho científico. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2013.

SILVA, W. G.; ABRIDA, M. B. A segunda Sudeco no desenvolvimento da região da faixa de fronteira do Centro-Oeste brasileiro. *Campo-Território: Revista de Geografia Agrária*, v. 13, n. 31, p. 145-159, dez. 2018.

SILVA, G. M. S.; NORA, G. D. Espaços da fronteira em Mato Grosso: olhares geográficos. *Terra Livre*, v. 2, n. 57, p. 61-95, 2021.

SILVA, M. A.; NEVES, S. M. A. S.; NEVES, R. J.; ARRUDA, R. F. Percurso interpretativo do Centro Histórico Cáceres/MT, para fins turísticos e de educação patrimonial. *Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo*, v. 10, p. 435-458, 2016.

STEINKE, V. A.; SILVA, G. B. S. Distribuição espacial de serviços turísticos com base em sistemas de informações geográficas (SIGs) no Plano Piloto de Brasília (DF). *Caminhos de Geografia*, v. 14, n. 16, p. 145-152, 2005.

VIEIRA, D. P.; HOFFMANN, V. E.; ALBERTON, A. Investimentos públicos, competitividade e desenvolvimento: um estudo em destinos turísticos brasileiros. *Revista de Administração Pública*, v. 52, p. 899-917, 2018.
